

14 DEZ 1992

LEGISLATIVO

Votação do ajuste fiscal testa a articulação do Executivo no Congresso

por Eduardo Hollanda
de Brasília

A votação nesta quarta-feira em primeiro turno no plenário da Câmara da proposta de ajuste fiscal será o primeiro grande teste do governo Itamar Franco e da capacidade de articulação e negociação do líder do governo, Roberto Freire (PPS-PE). A proposta foi aprovada quarta-feira à noite na Comissão Especial da Câmara sem alterações, surpreendendo Freire, e o relator Benito Gama (PFL-BA) e os parlamentares que participaram da negociação.

"Não podemos nos iludir", afirma Roberto Freire, já prevendo dificuldades que a proposta enfrentará agora em plenário. A questão fundamental é a necessidade de 302 votos favoráveis para a aprovação da matéria, por se tratar de emenda constitucional. Para garantir a aprovação, o líder do governo prepara uma ofensiva, apoiado pelo relator Benito Gama, e por deputados de várias tendências, como Germano Rigotto (PMDB-RS) e

Francisco Dornelles (PFL-RJ), entre outros. O maior entrave à aprovação são as resistências ao Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), e o fato de que, para muitos congressistas, a proposta do governo, na verdade, aumentaria a carga tributária.

O líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA), tem dúvidas sobre a possibilidade de o PMDB apoiar o IPMF (imposto sobre cheques) uma vez que o partido mantém a posição de só apoiar a criação de um imposto novo para substituir um outro. Ele explicou que seu partido só aprovou na Comissão Especial o substitutivo do deputado Benito Gama para acelerar o debate em plenário do ajuste fiscal, informou a Agência Brasil.

A proposta do governo poderá enfrentar a concorrência de um outro projeto de ajuste fiscal, do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS). O projeto de Ponte será votado nesta terça-feira na Comissão Especial de Câmara sobre



Roberto Freire

o Imposto Unico e muda o perfil tributário brasileiro, ao criar dois impostos, o Imposto sobre Movimentações Financeiras e o Imposto Seletivo, acabando com praticamente todos os demais. Se aprovada na comissão, a proposta de Ponte estará pronta para ir ao plenário, onde poderá causar uma divisão entre os parlamentares.

OUTROS PROJETOS
Nesta terça-feira, a Câ-

mara vai prosseguir na votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O projeto já teve a quarta parte de seus artigos aprovados semana passada, e a votação deve prosseguir ainda por várias sessões.

No Senado, esta terça-feira pode ser o dia de definição do projeto de modernização dos portos na Comissão de Economia. Durante duas semanas — desde que o projeto foi aprovado na comissão, com quatro emendas — os senadores tentaram um acordo sobre 64 emendas ainda sem votação, sem sucesso. Diante disso, a votação começa nesta terça e prosseguirá até que as emendas tenham sido votadas.

Quanto ao Orçamento para 1993, o relator-geral, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), começa nesta segunda-feira reuniões com líderes de todos os partidos, buscando costurar um grande acordo para tirar do Orçamento eventuais falhas resultantes da votação dos 30 relatórios parciais aprovados na semana passada.